

O Partido Republicano Brasileiro (PRB) e seu declínio nas eleições de 2010.

Ana Karina dos Santos Cabral¹, Ricardo Mariano² (orientador)

¹*Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS,* ²*Departamento de Ciências Sociais.*

Resumo

A partir da década de 1980, acelerou-se a transformação do campo religioso brasileiro, acarretada pela intensificação do declínio numérico católico e pelo vertiginoso crescimento dos pentecostais e dos sem religião. Tal mudança teve como efeitos a consolidação do pluralismo religioso no país, a legitimação da presença e ação de grupos religiosos minoritários, a destraditionalização da pertença religiosa (que se torna cada vez mais objeto de escolha ou opção individual), o acirramento da concorrência entre católicos e evangélicos e o questionamento de privilégios estatais concedidos à Igreja Católica. A competição religiosa entre católicos e evangélicos extrapolou o campo estritamente religioso. Invadiu a esfera pública, isto é, o campo político-partidário e a mídia eletrônica. Assim, desde a Constituinte avança acelerada a ocupação religiosa da esfera pública. E, nesse intento, católicos e evangélicos contam com a conivência e o apoio de partidos, parlamentares e governantes.

Os pentecostais ingressaram em bloco na política partidária somente em 1986. Antes disso, sua presença na política era rarefeita. Prevalecia, nesse meio religioso, o lema “crente não se mete em política”. Até então, consideravam a política mundana e demoníaca. Mas, temendo que a Igreja Católica conseguisse reaver uma posição privilegiada junto ao Estado na Constituição de 1988, grandes igrejas pentecostais passaram a defender o lema corporativista “irmão vota em irmão”, mudando radicalmente sua orientação política. Mobilizaram-se e partiram para o ativismo religioso, para defender seus direitos, seus valores morais e seus interesses institucionais. Ao todo, os evangélicos elegeram uma bancada de 32 parlamentares, sendo 18 deles pentecostais, o que representou um crescimento de 900% na representação

¹ Discente do curso de Ciências Sociais da PUCRS.

² Doutor em Sociologia pela USP e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

parlamentar dos pentecostais no Congresso Nacional em relação ao mandato de 1982-1986. Desde então, os evangélicos ampliaram muito sua representação política no país. Em 1990, elegeram, 23 deputados, 30 em 1994, sendo 26 deputados e 4 senadores. Em 1998, foram 49 parlamentares. Em 2002, alcançaram 59 deputados federais e quatro senadores. Em 2006, caíram para 49, por conta das acusações feitas pela CPI de que 27 parlamentares evangélicos estavam envolvidos com a “máfia das sanguessugas”, esquema de superfaturamento e desvio de recursos destinados a compra de ambulâncias. Em 2010, depois de passado o estrago causado pelo escândalo das sanguessugas, esses religiosos conseguiram eleger cerca de 70 deputados federais e três senadores por 14 partidos: PSC, PR, PRB, PMDB, PSB, PDT, PT, PTB, PV, DEM, PP, PSB, PMN e PTC.

Diante do crescente ativismo político-partidário dos evangélicos, esta pesquisa tem por objetivo investigar o Partido Republicano Brasileiro (PRB), partido criado por lideranças religiosas e parlamentares da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), denominação neopentecostal que, desde sua fundação em 1977, adquiriu enorme poder religioso, midiático e também político. Uma das principais questões de pesquisa deste trabalho é procurar compreender as causas do baixo desempenho eleitoral do PRB em 2010. Há outros partidos ligados a evangélicos, como o PSC, por exemplo. Mas o PRB se destaca por sua aliança com os governos Lula e Dilma e por seu vínculo estreito e exclusivo com uma igreja.

O PRB foi criado em agosto de 2005, tendo como um de seus principais fundadores o senador e bispo Marcelo Crivella (PRB/RJ), sobrinho do bispo Edir Macedo. A primeira tentativa de criar o partido ocorreu com a fundação do Partido Municipalista Renovador (PMR), experiência que fracassou. Em 2005, finalmente o partido vingou. Em seu segundo mês de existência, PRB conseguiu angariar a filiação do vice-presidente da República, José Alencar, que deixou o PL a fim de obter o apoio eleitoral, na eleição presidencial de 2006, da IURD. A Igreja Universal, que apoiara a candidatura de Lula à presidência da República no segundo turno da eleição de 2002, mantém, desde o primeiro ano do Governo Lula, uma aliança política com o governo federal e faz parte da bancada governista no Congresso Nacional. Em contrapartida, Lula apoiou a candidatura de Marcello Crivella ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 2006.

Em 2002, a Universal conseguiu eleger 16 deputados federais e dezenove deputados estaduais. Na eleição seguinte, porém, o envolvimento de 14 dos 16 deputados da Universal na “máfia das sanguessugas”, prejudicou seu desempenho eleitoral e, sobretudo, o do PRB, partido criado no ano anterior ao estouro do escândalo das sanguessugas. Mais surpreendente

foi o desempenho relativamente fraco do PRB na eleição para deputado federal de 2010, quando elegeu apenas 8 deputados federais e um senador. Elegeu menos parlamentares que PSC e PR, partidos vinculados a grupos evangélicos. Dessa forma, a Igreja Universal conseguiu eleger menos parlamentares que Assembléia de Deus, que conta com 22 deputados federais, e a Batista, que dispõe de 13.

Referências

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, Hermílio. **Debates pertinentes: Para entender a sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009, p. 112-138.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos no campo religioso e político brasileiro. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 53, 2003), pp. 53-176.